



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 01/2021-GAB/SES-AM
(00101.000332/2021-99)

REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

Manaus, 08 de janeiro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor

EUDNEY PEREIRA DE SOUSA

Diretor da Carboxi - Indústria e Comércio de Gases LTDA

R. Des. César do Rego, 897 - Colônia Antônio Aleixo, Manaus/AM

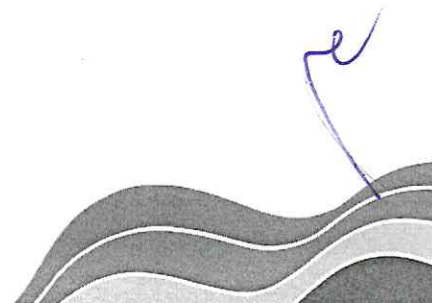
Assunto: Notificação Extrajudicial de Requisição Administrativa de bens e serviços necessários ao enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Doc. n.º 00101.000332/2021-99

Ao cumprimentá-lo cordialmente, a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, por intermédio de seu Secretário de Saúde vem, com fundamento no art. 3º, VII, combinado com o §7º, II e III, da Lei n. 13.979/20, c/c art. 15, XIII, da Lei n.º 8.080/90 e bem como artigos 2º e 3º do Decreto Estadual nº 43.272 de 06 de janeiro de 2021, **DETERMINAR** a requisição administrativa de 20.000m³ (vinte mil) metros cúbicos de oxigênio líquido, os quais serão utilizadas nas Estruturas da Rede Estadual de Saúde para o Enfrentamento e Combate à COVID -19, uma vez que os mesmo garantem adequada assistência aos pacientes, auxiliando no processo de melhora da respiração dos pacientes internados, nos seguintes termos:

I - A requisição vigorará até que sejam sanadas as razões que a determinaram, obrigando-se o Requisitado a permitir o ingresso desembaraçado das equipes competentes integradas por servidores públicos em todas as suas dependências para o efetivo cumprimento da medida.

II - A autoridade pública competente instaurará, no prazo máximo de 10 (dez) dias, ao final da requisição, processo administrativo para apurar eventual indenização a ser paga, ulteriormente, ao fim do período de requisição, ao proprietário do bem, nos termos do art. 3º VII, da Lei nº 13.979/2020, c/c



artigo 15, XIII da Lei nº 8.080/1990, bem como artigos 2º e 3º do Decreto Estadual nº 43.272 de 06 de janeiro de 2021.

III - Implementada a requisição administrativa, ao setor(es) técnico(s) respectivo(s) da SES/AM compete: a) realizar inventário e avaliação patrimonial de todos os bens, imóveis e móveis, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis, contados da imissão de posse dos bens; b) tomar todas as providências cabíveis para a utilização e administração adequadas dos bens ou serviços requisitados, até a sua regular devolução; c) zelar pela ordem e segurança dos bens, enquanto perdurar a requisição.

IV - Em qualquer caso, havendo recalcitrância do particular, fica autorizado o imediato uso de força policial, além de outras medidas coercitivas e restrições de direito juridicamente admitidas, observada a moderação no emprego da força e a proporcionalidade dos meios para evitar danos desnecessários ao bem requisitado no presente ato, bem como resta determinada a ulterior comunicação do incidente à Polícia Civil do Estado do Amazonas e ao Ministério Público do Estado, para a apuração, em tese, dos possíveis crimes capitulados pelo art. 267 ao 280 do Código Penal Brasileiro, no que couber, e identificação dos responsáveis.

Sem mais para o momento, agradece a atenção dispensada e eleva protestos de consideração e estima.

Atenciosamente,



Marcellus José Barroso Campêlo
Secretário de Estado de Saúde

